



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 10**

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA NO DIA OITO DE MAIO DE  
DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- Aos oito dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos** declarou aberta a reunião extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Pronúncia sobre projeto de concretização de descentralização de competências no domínio da educação, nos termos do nº. 2, do artigo 69º, do DL 21/2019.
2. Rejeição de Competências - Decreto-Lei nº. 44/2019, de 01-04-2019: "Alarga a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade". -----
3. Rejeição de Competências - Decreto-Lei nº. 44/2019, de 01-04-2019: "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais do domínio da proteção civil". -----

Aprovação da minuta da acta da presente reunião. -----

Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**.-----

----- **Ponto um: PRONÚNCIA SOBRE PROJETO DE CONCRETIZAÇÃO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DO Nº. 2, DO ARTIGO 69º, DO DL 21/2019:** Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que na sequência da cor-

respondência recebida relativamente à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Educação, propõe que a **Câmara Municipal** se pronuncie conforme a seguinte proposta: -----

**PROPOSTA:** -----

**REJEIÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de Janeiro:**

concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. -----

O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. -----

O referido decreto-lei, no n.º 1 do art.º 69º define que "Até 30 dias após a entrada em vigor do presente decreto-lei, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da educação e das autarquias locais remetem a cada uma das câmaras municipais o projeto de mapa contendo os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização a transferir para os municípios no ano de 2019, bem como a listagem de todo o património a transferir para as câmaras municipais nos termos do n.º 1 do artigo 62.º".-----

Acrescenta ainda no n.º 2 do mesmo artigo que "As câmaras municipais dispõem de um prazo de 30 dias corridos contados da receção do projeto referido no número anterior, para se pronunciarem sobre o seu teor, presumindo -se, na falta de pronúncia, que manifestam a sua concordância com o teor do projeto."

**Considerando que:** -----

**1.** Na sua reunião de 20 de Fevereiro, a Câmara Municipal de Mora deliberou "a não aceitação da transferência de competências da Administração Central em 2019, nos termos do artigo 4º, nº 2 a), da Lei nº 50/2018 e proceder à comuni-

cação à DGAL da presente deliberação", tendo em conta que, "em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela, de espírito inconstitucional, contribuindo para aprofundar a corrosão da autonomia do Poder Local. Confirma-se a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações" e considerando ainda que "nestas circunstâncias, responsavelmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, considera-se não existirem condições para poder assumir a partir de 1 de Janeiro de 2019 as novas competências". -----

**2.** A Assembleia Municipal se pronunciou no mesmo sentido na sua sessão de 22 de Fevereiro; -----

**3.** A Câmara Municipal de Mora recebeu ofício assinado pelos Senhores Secretários de Estado do Orçamento, das Autarquias Locais e Adjunta e da Educação, solicitando pronúncia no prazo de 30 dias "sobre o projeto de mapas, em anexo, que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas, do património a transferir para o município e, no respeitante a esse património, aquele relativamente ao qual, nos termos do nº3 do artigo 50º, a realização de investimento de construção de novas infraestruturas, bem como de intervenção de requalificação e modernização de grandes dimensões que fica sob a responsabilidade da Administração Central"; -----

**4.** A apreciação dos mapas e montantes financeiros suscitou de imediato um vasto conjunto de matérias a esclarecer;-----

5. Os mapas e montantes apresentam insuficiências grosseiras sobre o que se pretende transferir e nos cálculos dos montantes financeiros que lhe estão associados, designadamente: -----

**a. Assistentes operacionais e assistentes técnicos (artigos 42.º a 45.º)-----**

"É apresentada a dotação prevista na Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, por unidade orgânica, acrescida do pessoal com vínculo permanente que ultrapassa esta dotação". -----

Por forma a melhor se identificarem necessidades atuais e futuras destes profissionais, em cada Escola, e no respeito e cumprimento dos princípios que regem a partilha de dados pessoais, está em falta: -----

- A identificação do rácio, de trabalhadores, existente por escola; -----

- Em relação a cada trabalhador a transferir: o tipo de vínculo laboral existente, registo biográfico e curricular; registo de assiduidade dos últimos 3 anos; taxa de absentismo por doença nos últimos 3 anos; a data do último exame periódico da medicina do trabalho se existente; informação relativa à posição remuneratória, remuneração base mensal, suplementos recebidos; outras prestações recebidas, última avaliação do SIADAP e último reposicionamento remuneratório. --

- Em relação a cada Escola do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico: o número de Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos a desempenhar funções; conteúdo funcional discriminado; horário atribuído; necessidades identificadas de EPI e de instrumentos de trabalho; identificação de doenças profissionais e acidentes de trabalho nos últimos 5 anos. -----

- A indicação de eventuais pedidos de reforço de pessoal com a categoria de assistente operacional e assistente técnico feito pela Direção do Agrupamento de Escolas; existência de instalações de apoio aos assistentes operacionais: ----

área de higiene pessoal e cacifos; identificação do fardamento necessário e das necessidades de substituição do mesmo. -----

- A identificação de outros contratos ou aquisições de serviços existentes.

**b. Apoios alimentares (artigos 33.º e 35.º) -----**

"O mapa desenvolve as três componentes de apoios alimentares abrangidas pelo artigo 35.º do DL 21/2019: leite escolar e refeitórios escolares (incluindo o programa de generalização de refeições escolares). As estimativas não abrangem a gestão de bufetes e apoios alimentares complementares (regulados pelos artigos 22.º, 23.º e 24.º do DL 55/2009) por não estar prevista a sua transferência". -----

Por forma a melhor se identificarem necessidades atuais e futuras, em cada Escola, está em falta: -----

- Leite escolar - Não estão explicitados os critérios que permitiram o apuramento dos valores indicados; -----

- Refeitórios - Não estão explicitados os critérios que permitiram o apuramento dos valores indicados, designadamente se os mesmos incluem os encargos com conservação e manutenção de equipamentos. -----

**c) Circuitos especiais de transportes (artigo 36.º) -----**

"As estimativas apresentadas respeitam aos encargos com a contratação de circuitos especiais de transporte, ou transporte individualizado, para alunos abrangidos por medidas especializadas de apoio à aprendizagem e à inclusão, nos termos do artigo 25.º, n.º 3 do DL 55/2009". Contudo, por forma a melhor se identificarem necessidades atuais e futuras, em cada Escola, continuam por clarificar as questões processuais que permitem o planeamento, implementação e

gestão desses circuitos, bem como os eventuais procedimentos concursais a desenvolver. -----

**d) Escola a tempo inteiro (artigo 39.º) -----**

"As estimativas apresentadas quanto respeitam ao financiamento dos encargos com as atividades de apoio à família e atividades de enriquecimento curricular". Contudo, por forma a melhor se identificarem necessidades atuais e futuras, não estão explicitados os critérios que permitiram o apuramento dos valores indicados. -----

**e) Encargos das instalações (artigo 46.º) e conservação e manutenção (artigo 67.º) -----**

"As estimativas apresentadas respeitam aos encargos com água, eletricidade, gás, combustíveis, comunicações, limpeza, higiene e material de escritório". "As transferências para conservação e manutenção de escolas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário são as determinadas pelo disposto no artigo 67.º, n.º 2, deste diploma." -----

Por forma a melhor se identificarem necessidades atuais e futuras, em cada Escola, importa por isso esclarecer como se pretende fazer a transferência dos referidos equipamentos. -----

**Assim: -----**

- Será fornecido em relação a cada imóvel um inventário do equipamento a transferir? -----
- O equipamento a transferir corresponde às necessidades atuais? Se sim, como foram validadas essas necessidades? -----
- Os equipamentos e a rede informática e de comunicação fazem parte dos equipamentos a transferir? -----

- As pequenas obras de manutenção diária (arranjo de portas, janelas, lâmpadas, tomadas de energia, torneiras, pinturas, etc.) são pagas com que verba? O que se fez em cada instalação e quanto custou nos anos de 2017 e 2018?

**Não foi ainda fornecida informação, caso existam:-----**

- Contratos de prestação de serviços devidamente assinados e validados e respectivos Cadernos de Encargos com entidades que para as instalações e equipamentos a transferir assegurem: serviços de limpeza; atividades de apoio à vigilância e segurança; arranjos exteriores, incluindo a jardinagem; fornecimento de eletricidade, gás, água e saneamento; Manutenção e conservação de elevadores; manutenção dos sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado, incluindo o sistema AVAC; outros encargos, quando a eles haja lugar. -----

- Fórmula de cálculo das verbas consignadas a cada um dos serviços contratualizados acima referidos nos Contratos eventualmente existentes. -----

- Fórmula de cálculo das verbas consignadas a cada um dos serviços contratualizados acima referidos nos contratos eventualmente existentes e da sua desagregação. -----

- Idade dos equipamentos próprios de apoio a transferir, designadamente, vigilância e segurança (câmaras, telefones, extintores e outros); elevadores e redes (elétrica, de água, de gás, de saneamento e de comunicações) e de sistema de aquecimento/ventilação/climatização, com data das últimas intervenções efetuadas e aonde, bem como o respetivo custo e inspeção e certificação por entidade competente. -----

Tendo em conta a especificidade e rigor próprio à higiene e limpeza de instalações como laboratórios e afins, importa esclarecer tudo o que se refere a gestão de resíduos perigosos (material de laboratório), desde a sua produção e circula-

ção à sua eliminação/neutralização, existência e estado dos equipamentos que lhe são afetos, em relação a cada uma das unidades funcionais ou instalações.

**f) Escolas transferidas e a transferir (incluindo as prioridades para investimento).** -----

"A identificação das escolas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário prioritárias para investimento de modernização baseia-se no registo do Sistema Integrado de Gestão dos Estabelecimentos Escolares, à data de 28 de fevereiro de 2019." -----

Por forma a melhor se identificarem necessidades atuais e futuras, importa esclarecer: -----

- O equipamento a transferir corresponde às necessidades atuais? Se sim, como foram validadas essas necessidades? -----

Sobre este assunto, estão ainda em falta:-----

- o cadastro da Escola Básica do 2º e 3º ciclo com as plantas e os respetivos registos que identifiquem a idade do imóvel, o projeto inicial do edifício e respetivas especialidades; -----

- as alterações introduzidas ao projeto inicial de construção; -----

- o valor patrimonial atual do imóvel; -----

- eventuais encargos, designadamente com seguros e a sua discriminação; ---

- a avaliação do estado de conservação atualizando a valoração anteriormente comunicada à ANMP; -----

- as obras de manutenção e melhoria solicitadas à DGEstE, por realizar e as realizadas nos últimos 5 anos e respetivo custo; -----

- a programação de obras de manutenção para os próximos 2 anos; -----



- os Certificados de Eficiência Energética e Planos de Segurança designadamente contra incêndios; -----
- a acessibilidades e respetivas certificações de acordo com a legislação em vigor; -----
- a identificação sobre a eventual existência de materiais perigosos a eliminar.---

**6.** Ainda no que respeita aos Transportes Escolares, e reconhecendo que não são matéria de auscultação no presente ofício, tratando-se provavelmente de uma despesa a ser contemplada no âmbito do Fundo Social Municipal, faltam esclarecimentos sobre as verbas a transferir neste âmbito. Ou seja falta perceber como se vai processar o apoio/transferência de verba, em transportes escolares aos alunos do pré-escolar, 2º ciclo e ensino secundário, bem como os critérios para atribuição de apoios em transporte escolar aos alunos abrangidos pelo Decreto-Lei nº54/2018 de 6 de julho. -----

**7.** Pelo exposto, fica reforçada a convicção já expressa anteriormente pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal de que este processo prefigura uma situação de agravamento do subfinanciamento das autarquias, comprometendo o cumprimento dos objetivos estratégicos de eficácia, eficiência e qualidade do serviço público, impossibilitando uma resposta adequada aos problemas das populações, com os riscos de degradação do serviço público. -----

Importa ainda realçar os enormes impactos nos serviços da Câmara Municipal, em diversos sectores, como: serviço de educação, gestão de recursos humanos, gestão financeira, aprovisionamento e obras municipais, cujos custos não se encontram refletidos nos referidos mapas. -----

Assim propõe-se: -----

**I** - Nos termos do nº 4 e 5 do artigo 50º e do n.º 2, do artigo 69º, do Decreto-lei

n.º 21/2019, de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências no domínio da educação, a Câmara Municipal de Mora manifesta a sua discordância sobre o teor do projeto de mapa de montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas no domínio da educação, bem como a lista do património a transferir para o município, referidos no Ofício registado na Câmara Municipal da Mora, em 12/04/2019, assinado pelos Senhores Secretários de Estado do Orçamento, das Autarquias Locais e Adjunta e da Educação, previsto no n.º 1 do artigo 69º do Decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro. -----

**II** - Que a presente deliberação seja enviada de imediato ao membro do governo responsável pela área da educação.-----

Mais se propõe que a presente deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu **acordo** com a **Proposta** do **Senhor Presidente** e **deliberou por unanimidade** o seguinte: -----

**I** - Nos termos do nº 4 e 5 do artigo 50º e do n.º 2, do artigo 69º, do Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências no domínio da educação, a **Câmara Municipal de Mora** manifesta a sua **discordância** sobre o teor do projeto de mapa de montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas no domínio da educação, bem como a lista do património a transferir para o município, referidos no Ofício registado na **Câmara Municipal da Mora**, em 12/04/2019, assinado pelos Senhores Secretários de Estado do Orçamento, das Autarquias Locais e Adjunta e da Educação, previsto no n.º 1 do artigo 69º do Decreto-lei n.º 21/2019 de

30 de janeiro.-----

II - Que a presente deliberação seja enviada de imediato ao membro do governo responsável pela área da educação e Ministério da Administração Interna. -----

Mais deliberou por unanimidade que a presente deliberação seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **Ponto dois: REJEIÇÃO DE COMPETÊNCIAS - DECRETO-LEI Nº. 44/2019, DE 01-04-2019:"ALARGA A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃO MUNICI- PAIS NO DOMÍNIO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE"**: Presente infor-

mação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que na sequência da cor- respondência recebida relativamente à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade, propõe que a **Câmara Municipal** se pronuncie conforme a seguinte proposta: -----

**PROPOSTA:** -----

**REJEIÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Decreto-Lei n.º 32/2019 de 2019-03-04:**

**"Alarga a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamen- to de proximidade.** -----

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competên- cias para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais), estabelece um alargado âmbito de matérias em que ocorrerá o denominado processo de transferência de competências do Estado para as autarquias locais, em particu- lar para os Municípios. Temporalmente, prevê a Lei n.º 50/2018, que aquele processo ocorra nos anos de 2019, 2020 e 2021. Independentemente de quais- quer considerações temporais, os órgãos deliberativo e executivo do Município de Mora já exteriorizaram em inúmeras ocasiões a posição do Município relati-

vamente às mais de duas dezenas de matérias que foram e serão objeto de concretização no plano setorial. -----

Nas múltiplas ocasiões em que deliberaram sobre estas matérias, os órgãos da autarquia municipal de Mora, expressaram um conjunto de convicções que importa aqui e agora recordar: -----

**I)** Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (Altera a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), se traduziram no subfinanciamento do Poder Local e numa verdadeira transferência de encargos em múltiplas áreas;---

**II)** Que estas leis, os diplomas setoriais em que se concretizam, para além de uma desresponsabilização do exercício das funções sociais do Estado representam, também, um conjunto de sérios problemas e dificuldades à gestão municipal e, conseqüentemente, à resposta aos problemas das populações;-----

**III)** Que um processo de descentralização implica o poder de execução, mas implica igualmente o poder de decisão, planeamento, programação, e quando aplicáveis, de fiscalização e demais de natureza similar, necessários à concretização da atribuição, bem assim dos bens públicos, móveis ou imóveis, e demais meios que lhes estejam afetos; -----

**IV)** Que a descentralização de competências deve ser acompanhada de um processo ponderado, amplamente consensualizado, territorialmente equilibrado, que se faça acompanhar dos recursos financeiros adequados e, sobretudo, que vise garantir uma melhor resposta às necessidades das populações. -----

**V)** Que a propalada transferência de competências em curso é claramente uma tentativa inaceitável de desresponsabilização do Governo, inclusive em áreas

que a Constituição consagra como Direitos Fundamentais, atentando contra a coesão social e territorial, e a possibilidade de que os cidadãos tenham as mesmas condições de acesso aos serviços públicos, independentemente das condições financeiras dos respectivos municípios, abrindo o caminho para a privatização das funções sociais do Estado. -----

Assim, tendo em conta o acima elencado e considerando: -----

**a) A NÃO ACEITAÇÃO**, já deliberada pelos órgãos municipais de Mora, de qualquer uma das competências elencadas na Lei quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais, nem das concretizadas em cada um dos diplomas legais sectoriais a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º daquela Lei, já publicados, designadamente: -----

. Decreto-Lei 97/2018, de 2018-11-27, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres; -----

. Decreto-Lei 98/2018, de 2018-11-27, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; -----

. Decreto-Lei 99/2018, de 2018-11-28, que concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística; -----

. Decreto-Lei 100/2018, de 2018-11-28, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação; -----

. Decreto-Lei 101/2018, de 2018-11-29, que concretiza o quadro de transferên-

cia de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça; -----

. Decreto-Lei 103/2018, de 2018-11-29, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários;

. Decreto-Lei 104/2018, de 2018-11-29, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão; -----

. Decreto-Lei 105/2018, de 2018-11-29, que concretiza o quadro de transferência de competência para os órgãos municipais no domínio da habitação; -----

. Decreto-Lei 106/2018, de 2018-11-29, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização; -----

. Decreto-Lei 107/2018, de 2018-11-29, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público; -----

. Decreto-Lei 20/2019, de 2019-01-30, que concretiza o quadro da transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos; -----

. Decreto-Lei 21/2019, de 2019-01-30, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação; -----

. Decreto-Lei 22/2019, de 2019-01-30, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os domínios da cultura; -----

. Decreto-Lei n.º 23/2019, de 2019-01-30, que concretiza o quadro de transfe-

rência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde. -----

**b)** O disposto no artigo 4º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, concretamente, no seu n.º 1, onde se determina que: "A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa"; -----

**c)** Considerando, ainda, que nos termos da alínea a), do n.º 2 do mesmo normativo, o município, atempadamente, até 15 de setembro de 2018, deliberou, em ambos os seus órgãos, rejeitar a transferência de TODAS as competências no ano de 2019, tendo-o comunicado esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais; -----

**d)** Considerando, igualmente, que nos termos da alínea b), do n.º 2 do supra-mencionado normativo: "Até 30 de junho de 2019, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 devem observar o procedimento referido na alínea anterior"; -----

**e)** Tendo em conta que estão ainda a ser promulgados diplomas setoriais, após 15 de setembro de 2018, relativos a descentralizações para os municípios, cuja aceitação era materialmente impossível a 15 de setembro do ano pretérito, **A Câmara Municipal de Mora**, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, aos oito dias do mês de maio de 2019, **não abdicando das responsabilidades e competências que recaem sobre o órgão executivo do Município a quem compete o exercício executivo das**

**competências municipais** e na defesa dos superiores interesses dos morenses, delibera: -----

**a) NÃO ACEITAR**, pelas mesmas razões e razões e iguais fundamentos, **AS COMPETÊNCIAS A QUE SE REPORTA O Decreto-Lei n.º 32/2019 de 2019-03-04**, que alarga a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade; -----

**b) CONSIDERAR EXTENSÍVEL A QUALQUER OUTRO DIPLOMA SETORIAL, AINDA SUCEPTÍVEL DE PROMULGAÇÃO, ESTA SOLENE DELIBERAÇÃO;** -----

**c) Mais delibera por unanimidade** que nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a presente deliberação da Câmara Municipal será, de imediato, comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais, nos termos e para os efeitos previstos na referida Lei-quadro e nos respetivos diplomas legais concretizadores. -----

----- **Ponto três: REJEIÇÃO DE COMPETÊNCIAS - DECRETO-LEI Nº. 44/2019, DE 01-04-2019: "CONCRETIZA O QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DO DOMÍNIO DA PROTEÇÃO CIVIL"**: Presente informação do **Senhor Presidente da Câmara** informando que na sequência da correspondência recebida relativamente à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da **Proteção Civil**, propõe que a **Câmara Municipal** se pronuncie conforme a seguinte proposta: -----

**PROPOSTA:** -----  
**REJEIÇÃO DE COMPETÊNCIAS - Decreto-Lei n.º 44/2019 de 2019-03-04: "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos**



**municipais no domínio da proteção civil". -----**

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais), estabelece um alargado âmbito de matérias em que ocorrerá o denominado processo de transferência de competências do Estado para as autarquias locais, em particular para os Municípios. Temporalmente, prevê a Lei n.º 50/2018, que aquele processo ocorra nos anos de 2019, 2020 e 2021. Independentemente de quaisquer considerações temporais, os órgãos deliberativo e executivo do Município de Mora já exteriorizaram em inúmeras ocasiões a posição do Município relativamente às mais de duas dezenas de matérias que foram e serão objeto de concretização no plano setorial. -----

Nas múltiplas ocasiões em que deliberaram sobre estas matérias, os órgãos da autarquia municipal de Mora, expressaram um conjunto de convicções que importa aqui e agora recordar: -----

- I) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais) e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (Altera a Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), se traduziram no subfinanciamento do Poder Local e numa verdadeira transferência de encargos em múltiplas áreas;---
- II) Que estas leis, os diplomas setoriais em que se concretizam, para além de uma desresponsabilização do exercício das funções sociais do Estado representam, também, um conjunto de sérios problemas e dificuldades à gestão municipal e, conseqüentemente, à resposta aos problemas das populações; -----
- III) Que um processo de descentralização implica o poder de execução, mas implica igualmente o poder de decisão, planeamento, programação, e quando

aplicáveis, de fiscalização e demais de natureza similar, necessários à concretização da atribuição, bem assim dos bens públicos, móveis ou imóveis, e demais meios que lhes estejam afetos; -----

**IV)** Que a descentralização de competências deve ser acompanhada de um processo ponderado, amplamente consensualizado, territorialmente equilibrado, que se faça acompanhar dos recursos financeiros adequados e, sobretudo, que vise garantir uma melhor resposta às necessidades das populações. -----

**V)** Que a propalada transferência de competências em curso é claramente uma tentativa inaceitável de desresponsabilização do Governo, inclusive em áreas que a Constituição consagra como Direitos Fundamentais, atentando contra a coesão social e territorial, e a possibilidade de que os cidadãos tenham as mesmas condições de acesso aos serviços públicos, independentemente das condições financeiras dos respectivos municípios, abrindo o caminho para a privatização das funções sociais do Estado. -----

Assim, tendo em conta o acima elencado e considerando: -----

**a) A NÃO ACEITAÇÃO**, já deliberada pelos órgãos municipais de Mora, de qualquer uma das competências elencadas na **Lei quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**, nem das concretizadas em cada um dos diplomas legais sectoriais a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º daquela Lei, já publicados, designadamente: -----

. **Decreto-Lei 97/2018, de 2018-11-27**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres; -----

. **Decreto-Lei 98/2018, de 2018-11-27**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de

exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo; -----

. **Decreto-Lei 99/2018, de 2018-11-28**, que concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística; -----

. **Decreto-Lei 100/2018, de 2018-11-28**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação; -----

. **Decreto-Lei 101/2018, de 2018-11-29**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça; -----

. **Decreto-Lei 103/2018, de 2018-11-29**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários; -----

. **Decreto-Lei 104/2018, de 2018-11-29**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão; -----

. **Decreto-Lei 105/2018, de 2018-11-29**, que concretiza o quadro de transferência de competência para os órgãos municipais no domínio da habitação; -----

. **Decreto-Lei 106/2018, de 2018-11-29**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização; -----

. **Decreto-Lei 107/2018, de 2018-11-29**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público; -----

. **Decreto-Lei 20/2019, de 2019-01-30**, que concretiza o quadro da transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos; -----

. **Decreto-Lei 21/2019, de 2019/01/30**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;

. **Decreto-Lei 22/2019, de 2019-01-30**, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os domínios da cultura; -----

. **Decreto-Lei n.º 23/2019, de 2019-01-30**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde. -----

**b)** O disposto no artigo 4º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, concretamente, no seu n.º 1, onde se determina que: "A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa"; -----

**c)** Considerando, ainda, que nos termos da alínea a), do n.º 2 do mesmo normativo, o município, atempadamente, até 15 de setembro de 2018, deliberou, em ambos os seus órgãos, rejeitar a transferência de **TODAS** as competências no ano de 2019, tendo-o comunicado esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais; -----

**d)** Considerando, igualmente, que nos termos da alínea b), do n.º 2 do supra-mencionado normativo: "Até 30 de junho de 2019, as autarquias locais e entida-

des intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2020 devem observar o procedimento referido na alínea anterior"; -----

**e)** Tendo em conta que estão ainda a ser promulgados diplomas setoriais, após 15 de setembro de 2018, relativos a descentralizações para os municípios, cuja aceitação era materialmente impossível a 15 de setembro do ano pretérito. -----

A **Câmara Municipal de Mora**, reunida em sessão extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, aos oito dias do mês de maio de 2019, não abdicando das responsabilidades e competências que recaem sobre o órgão executivo do Município a quem compete o exercício executivo das competências municipais e na defesa dos superiores interesses dos morenses, delibera por maioria com uma abstenção da **Senhora Vereadora do Partido Socialista**, **Paula Cristina Calado Chuço**: -----

**a) NÃO ACEITAR**, pelas razões e com os fundamentos exteriorizados em todas as deliberações pelos órgãos do Município, e aqui acima reiteradas, **AS COMPETÊNCIAS A QUE SE REPORTA** O Decreto-Lei n.º 44/2019, de 2019-04-01: - "Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil"; -----

**b) CONSIDERAR EXTENSÍVEL A QUALQUER OUTRO DIPLOMA SETORIAL, AINDA SUCEPTÍVEL DE PROMULGAÇÃO, ESTA SOLENE DELIBERAÇÃO**; -----

**c)** Mais delibera que nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 4º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, a presente deliberação da Câmara Municipal será, de imediato, comunicada à Direção-Geral das Autarquias Locais, nos termos e para os efeitos previstos na referida Lei-quadro e nos respetivos diplomas legais concretizadores. -----

Pela **Senhora Vereadora do Partido Socialista, Paula Cristina Calado Chuço**, foi apresentada uma **Declaração de Voto** referente aos três pontos da Ordem de Trabalhos, anexa à presente ata. -----

----- **Ponto quatro: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo  
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por  
deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, reali-  
zada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-